

JOSÉ DIRCEU

Advogado, ex-ministro da Casa Civil
e membro do Diretório Nacional do PT



Brasil Econômico

É preciso abandonar de vez o neoliberalismo

O neoliberalismo, que atingiu seu auge no Brasil durante o governo do tucano Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), encontra cada vez menos defensores sérios no debate sobre políticas econômicas. O motivo é que, a essa altura, os países que já conheceram tanto administrações liberalizantes, quanto governos desenvolvimentistas, sabem que a primeira opção traz benefícios para apenas uma parcela da população. As experiências negativas (neoliberalismo) e as positivas (desenvolvimentismo) deixaram o debate mais claro.

Isso ficou evidente na reunião de cúpula do G20, em que foram tomadas medidas que sinalizam para um consenso sobre a necessidade de um Estado regulador na política econômica e na gestão das finanças. É o contrário do que foi pregado durante a “era FMI”, cujo resultado, no Brasil, foi recessão — e, no resto do mundo, uma desregulamentação que resultou na mais grave crise do capitalismo.

Na abertura do encontro do G20 foi aprovado um plano para fomentar o crescimento econômico e a criação de empregos. Segundo o ministro das Finanças russo, Antón Siluánov, é consensual a necessidade de “adotar medidas para estimular o investimento e prevenir a volatilidade do fluxo de capitais”. Só há consenso porque a experiência internacional mostrou que o caminho do neoliberalismo levou muitos países a desastres econômicos — e, por tabela, sociais.

O Brasil deu um claro recado de que prefere o Estado gerenciador da economia, fomentador do crescimento e do emprego, ao eleger por três vezes seguidas candidatos do PT à Presidência da República

O G20 também decidiu, em atitude acertada, analisar a atuação das agências de classificação de risco, cujas avaliações podem provocar o caos nas economias examinadas — e, às vezes, escondiam graves problemas de solvência dos bancos, sem falar nas fraudes, nos ganhos abusivos dos executivos e nas maquiagens de

contabilidade. As avaliações equivocadas dessas agências foram um dos fatores da crise econômica mundial que eclodiu em 2008 e não foi prevista pelos “agentes de risco”. As consequências da atuação temerária das agências de classificação de risco continuam sendo sentidas em todo o mundo. A crise de 2008 ainda não acabou.

O Brasil, felizmente, deu um claro recado de que prefere o Estado gerenciador da economia, fomentador do emprego, ao eleger por três vezes candidatos do PT à Presidência da República: Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002 e 2006, e Dilma Rousseff, em 2010. O que a oposição ao governo federal chama de “excesso de intervenção” na economia é apenas a resposta, exigida pelo povo, ao fracasso das medidas econômicas das gestões anteriores: juros altos, corte de gastos sociais e desvalorização dos salários.

Em vez dessas políticas que levaram a economia brasileira à estagnação, os governos Lula e Dilma adotaram a defesa comercial, a distribuição de renda e crédito acessível, investimentos em infraestrutura, incentivo à indústria e financiamento à agricultura familiar e empresarial e à habitação popular. Neste momento, prioriza a melhoria dos serviços públicos essenciais — como na área da Saúde, da Educação e da Mobilidade Urbana.

A experiência desenvolvimentista no Brasil, como qualquer comparação entre indicadores econômicos e sociais constata, vem dando certo. Ficou evidente que a defesa do liberalismo só é encampada em auxílio dos interesses dos rentistas e do capital financeiro internacional. As opiniões emitidas no encontro do G20 mostram que esse entendimento não é só brasileiro — mas mundial. Bom sinal.